

UM ESTUDO NA REGIÃO NORDESTE ACERCA DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS BASEADO NOS DADOS DO SEGUNDO MAPEAMENTO

Daciane de Oliveira Silva
dacianeoliveira@ufrb.edu.br
G7- Desafios da autogestão

RESUMO

Diante de um contexto de práticas autogestionárias, os empreendimentos econômicos solidários vislumbram uma gestão com especificidades que possa garantir a legitimidade dessas instituições; para tanto, são continuamente desafiados pelas leis de mercado da economia mercantil. Nesta conjuntura, uma análise dos dados do Segundo Mapeamento Nacional (2010-2013) demonstra a realidade vivenciada no nordeste brasileiro, uma região rica em experiências associativas e com características singulares comparadas às demais realidades presentes no país. Com a ampliação de políticas públicas que fomentam o crescimento dos empreendimentos econômicos solidários, busca-se investigar se as estratégias organizacionais coadunam com as práticas democráticas atribuídas a estes empreendimentos.

Palavras-chave: Autogestão. Empreendimentos Econômicos Solidários. Segundo Mapeamento.

INTRODUÇÃO

Atualmente a economia solidária perpassa pelo entendimento dos debates acerca dos movimentos sociais que reivindicam a inserção das classes menos abastadas no mercado de trabalho, acometidas pelo subemprego e por melhores condições de vida.

Por muitos anos, a parcela da população que compõem as organizações econômicas solidárias foi relegada a um segundo plano por parte do Estado. A partir do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, foram criadas políticas públicas para esses empreendimentos considerando-os como uma alternativa para o desenvolvimento econômico do país.

Ao perceber a relevância dos empreendimentos econômicos solidários para o mundo do trabalho e a inserção de milhares de trabalhadores e trabalhadoras em um modelo de produção mais justo e solidário, a Secretaria Nacional de Economia Solidária

(SENAES), por meio do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) promoveu uma sistematização de informações que fossem capazes de demonstrar o universo e as características destas organizações em todo território nacional.

O segundo mapeamento ocorreu entre 2009 a 2013, aplicado por meio de um instrumento de coleta com questões abertas e fechadas, composto por 170 questões que avaliam os empreendimentos em várias perspectivas, iniciando pelos dados gerais, a caracterização dos sócios, situação de trabalho dos sócios, investimentos e acesso a créditos e apoios e a gestão dos empreendimentos.

A metodologia da presente pesquisa partiu desses dados secundários, enfocando as perguntas que caracterizam a gestão dos empreendimentos por meio de frequências e cruzamentos aplicados pelo SPSS¹.

O foco do presente artigo limitar-se-á a fazer uma rápida caracterização dos empreendimentos a nível Brasil e em seguida fará uma exploração mais aprofundada da gestão desses empreendimentos na região Nordeste.

2. GESTÃO SOCIAL: UM ENFOQUE NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No Brasil, os estudos sobre o campo de conhecimento da gestão social surgem nos anos 2000 e se institucionalizou por meio de cursos de graduação e com a organização de redes de pesquisa como o ENAPEGS². O entendimento acerca da gestão social perpassa pelo argumento de Carrion (2012) que contrapõe a atuação de estratégias mercantilistas com a criação de outras modalidades de produção e relação social, com um viés solidário, mas que ao invés de substituir o modelo capitalista, possa promover uma convivência simultânea. Assim, a gestão social entra em cena como uma área criada com o objetivo de formar gestores capazes de “capacitar atores locais para interagirem, para participarem, para decidirem acerca de suas vidas e do rumo que almejam para suas comunidades” (CARRION, 2012, p. 269).

Ao entender a necessidade de um diálogo das organizações autogestionárias com as estratégias de gestão para esses tipos de empreendimentos (economia solidária,

¹ O *Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS)* é um software para análise estatística de dados.

² Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social

cooperativas e associações, grupos informais), mesmo sem obter êxito, segundo Cançado, Tenório e Pereira (2011) a administração tenta contribuir com suas teorias focadas no taylorismo-fordismo, com o intuito de atender às demandas dessas organizações com o enfoque prescritivo, considerando-as simplesmente como organizações empresariais. Portanto, a gestão social tende a preencher esta lacuna ao ser apresentada como “tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade e na transparência, buscando o entendimento e não a negociação” (CANÇADO, SAUSEN; VILLELA, 2013, p.19). Com esta proposta, busca entender o contexto específico de desenvolvimento histórico das relações entre os agricultores e o mercado, influenciando no processo de emancipação desses indivíduos determinada pela solidariedade.

Para termos um aprofundamento das bases epistemológicas do entendimento da gestão social e da administração, que nesta análise chamaremos de gestão estratégica, Tenório apresenta os conceitos de racionalidade comunicativa de Habermas e da racionalidade utilitária que respectivamente explicam a diferença entre esses campos de conhecimento.

A diferença entre os dois tipos de ação é que, enquanto a racionalidade instrumental desenvolve uma mediação entre teoria e prática a partir de postulados técnico-formais, a racionalidade comunicativa promove esta mesma mediação por meio de diálogo entre agentes sociais do processo (TENÓRIO 2008 apud CANÇADO, SAUSEN; VILLELA, 2013, p. 82).

A discussão dessa diferença pode compreendida quando entendemos que a racionalidade instrumental ou utilitária de Alberto Guerreiro Ramos ³promove a mediação por meio de postulados técnico-formais promove uma hierarquia, o que caracteriza a gestão estratégica como hierarquizada e fundada na relação, trabalhador x empregador. A racionalidade comunicativa, base epistemológica da gestão social, apresenta a mediação como pressuposto fato que alicerça suas bases na decisão coletiva o que automaticamente exclui a possibilidade de existência da hierarquia nas relações entre os pares.

Além da visão hierárquica e sua inexistência propostas pela racionalidade instrumental (gestão estratégica) e a substantiva (gestão social) respectivamente, França Filho (apud PIMENTEL, 2014, p. 06) reafirma que a gestão social apresenta um modo próprio de gerir, na qual os valores sociais, a espontaneidade e as formas de solidariedade

³ Foi um Sociólogo baiano que defende em sua “proposta de teoria substantiva da vida humana associada, recolocando o ser humano no centro da ciência, resgatando a dimensão política e seu papel normativo na sociedade e advertindo que a dualidade indivíduo/sociedade não pode ser resolvida sem acarretar na deformação da psique humana” (SIQUEIRA, 2014, p.18).

direcionam a condução do processo de gestão e excluem a existência de procedimentos instrumentais de cálculo. Ao contrário, das organizações da iniciativa privada ou das organizações estatais, balizadas nos cálculos utilitaristas que direcionam seu modo de gerir.

Apesar de defendermos a implementação da gestão social em associações, cooperativas e empreendimentos econômicos solidários, precisamos deixar claro a crítica que Pinho (apud CANÇADO, TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 692) faz a este campo ao enfatizar a sua práxis na educação, pois “considera que, para haver a tomada de decisão coletiva sem coerção, seria necessário que houvesse participação e a participação aconteceria apenas por meio da educação, o que não é uma realidade no Brasil ainda.”

Para encerrarmos essa discussão, os autores criaram um quadro comparativo demonstrando diferenças entre as dimensões que envolvem a gestão social e a gestão estratégica, o que promove o entendimento de conceitos e características que definem os dois campos de conhecimento.

Quadro 1 – Comparativo entre campos de conhecimento

DIMENSÃO	GESTÃO ESTRATÉGICA	GESTÃO SOCIAL
Ponto de partida	Melhoria do desempenho	Participação/ Bem viver
Racionalidade	Utilitária/ formal/ instrumental/ monológica	Comunicativa/ dialógica
Tomada de decisão	Baseada em planejamento e num sistema de alinhamento organizacional a partir de objetivos as organização	Tomada de decisão coletiva, balizada pelo interesse bem compreendido/ bem comum
Transparência	Informações de relatórios técnicos	Informações disponíveis, baseadas na intersubjetividade, tornando possível a dialogicidade
Espaço	Esfera privada	Esfera pública
Finalidade da gestão	Minimização dos custos e maximização dos resultados	Interesse bem compreendido/ bem comum
Método	Positivismo lógico	Teoria crítica
Premissas teóricas	Individualismo metodológico	Socialização
Modus operandi	Competitividade	Cooperação

Benefícios	Lucros e resultados empresariais	Melhoria na qualidade de vida
Dimensão temporal	Preferencialmente curto prazo; médio e longos prazos baseados em planejamento	Sustentabilidade- longo prazo
Amplitude de ação	Preocupação apenas com o que é concernente	Preocupação geral com o contexto
Visão	Linear/subjetiva	Complexidade/intersubjetividade
Foco	Mercadocêntrico	Sociocêntrico
Consequências	Reificação	Emancipação
Relação	Mundo do trabalho	Mundo da vida

Fonte: Cançado, Sausen e Villela (2013, p. 85).

Os autores enfatizam que esse comparativo objetiva demonstrar resumidamente as diferenças entre os campos de conhecimento. Neste contexto, Tenório reafirma que o processo de construção conceitual da gestão social não tem pretensão de ser sintético, mas ainda precisa transcender o espectro da gestão estratégica (TENÓRIO, 2008 apud CANÇADO; PEREIRA, 2010). Esta discussão não visa sobrepor à gestão social à gestão estratégica, mas tem o intuito de despertar o raio de atuação da gestão social para além do aspecto econômico, uma visão ampla que valoriza os aspectos sociais, culturais e ecológicos que circundam essas organizações.

Depois da compreensão da gestão social como campo de conhecimento dos empreendimentos econômicos solidários e das cooperativas, também é necessário compreender algumas especificidades desses tipos de organizações, objeto de estudo do presente artigo científico.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA BREVE ANÁLISE DES SUAS CARACTERÍSTICAS E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA PLURAL

A economia de mercado vigente não tem limites, o que ocasiona a busca do interesse privado materializando o bem público sem ao menos passar pelo processo de deliberação política (LAVILLE, 2009). Em consequência disso, no Brasil, ao perceber o aumento da preponderância do capital sobre as relações de trabalho, principalmente a partir da década de 90, época caracterizada pelo desemprego, precarização social e concentração de renda, surge no meio dos movimentos sociais “uma proposta alternativa, de base

econômicos-social, fundamentada em valores como solidariedade, autogestão e distribuição igualitária de excedente” (HELLWIG; CARION, 2007, p.2). Essa forma alternativa repudia a mercantilização da vida social mostrando que experiências de atividades não mercantilistas que segundo França Filho (2002) são consideradas como novas formas de solidariedade, são possíveis. Esta proposta denominada de Economia Popular e Solidária ⁴visa incluir os excluídos em outro modo de produção ancorados nas relações sociais de produção, parafraseando França Filho (2004) são desde iniciativas da sociedade que distribuem riquezas representadas por precárias estruturas, até formas inéditas de organização coletiva.

A economia solidária desponta em várias partes do mundo como um modelo dialógico balizado nos princípios da cooperação, autonomia e gestão democrática. São compostas por organizações “que defendem os direitos básicos do trabalho e que apostam na associação, e em soluções coletivas, formando o lastro de experiências e de convicções morais e intelectuais indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p.162). A igualdade e a associação fundamentos da economia solidária promove o empoderamento dos trabalhadores em prol de melhores condições de vida.

É representada por um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma e autogestão. Princípios como cooperação, autogestão, dimensão econômica, solidariedade e participação sustentam as ações da economia solidária. A cooperação é abordada como um agir coletivo, por meio da união de esforços, a partilha de responsabilidade solidária sobre as ações empreendidas na organização; autogestão indica a constantes práticas de participação democrática nas decisões de administração do empreendimento; a dimensão econômica envolve um dos motivadores da formação dos grupos para promover o beneficiamento, crédito, comercialização e consumo dos produtos e serviços; a participação retrata o processo educacional que visa promover uma cultura política, basilar para a perpetuação dos empreendimentos. Laville (2008) reforça a solidariedade como um princípio que rompe a visão assistencialista e visa promover o pertencimento de todos a um

⁴ Economia popular envolve a produção e o desenvolvimento das atividades econômicas em bases comunitárias, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local (FRANÇA FILHO, 2004, p. 455). Essa economia torna-se solidária ao atuar de forma mais ampla, atuando na luta pela garantia dos direitos sociais a partir de uma abertura dessas reivindicações para o espaço público.

espaço público composto por indivíduos livres e iguais e Souza (2008) complementa ao caracterizá-la como um meio da distribuição equitativa e justa dos resultados; nas relações estabelecidas com a comunidade; no respeito aos direitos dos trabalhadores e ao meio ambiente.

Os movimentos associativistas surgiram logo depois da primeira Revolução Industrial em resposta ao excesso de exploração dos proletários nas indústrias têxteis. Ao perceber esta realidade, industriais mais conscientes propuseram leis para proteger esses trabalhadores, entre esses podemos citar Robert Owen que decidiu reduzir a jornada de trabalho e proibiu o trabalho de crianças. Esta atitude promoveu o aumento de produtividade e o tornou uma celebridade mundial. Mais que isso, ele propôs ao governo britânico a criação de um fundo de sustento aos pobres, não com um caráter assistencialista, mas que ao invés de serem distribuídos fossem investidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas que iriam produzir, promover o sustento dos trabalhadores e o excedente seriam devolvidos aos cofres públicos o que fora investido. O governo britânico não acatou as ideias de Owen, o qual em 1825 criou uma Aldeia Cooperativa em Indiana e a partir dessa data, os seus discípulos criaram sociedades cooperativas em várias partes do mundo (SINGER, 2002).

O owenismo também foi uma bandeira que passou a ser levantada pelo movimento sindical da classe trabalhadora e no momento que deveriam entrar em conflito com os empregadores, em prol de melhores condições de trabalho e salários, estes se empoderaram dos princípios da cooperação e buscaram eliminar o assalariamento e substituí-lo pela autogestão (SINGER, 2002).

Nos países da América Latina, ao terem assumido o poder, os partidos de esquerda, geralmente composto por pessoas advindas de movimentos sociais, acostumadas com as práticas da cooperação, fruto das categorias sociais envolvidas e a presença de lideranças genuínas, começam a apostar nas iniciativas de economia solidária, por meio de ampliação da ação política (LAVILLE; GAIGER, 2004). No Brasil, o presidente Lula cria em 2003, a Secretaria nacional de Economia Solidária (SENAES) sob o comando de Paul Singer e partir de então, alcançou o status de política pública no país. Para termos uma noção da força dessas organizações, dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (2007) mapearam em 2005, 14.954 empreendimentos, sendo que 44% no Nordeste e 56% no restante do país.

Souza (2008) lembra que a partir de então, iniciativas de empreendimentos econômicos solidários cresceram em larga escala, o Estado brasileiro assumiu o papel de formulador de políticas para este segmento; surgimento de entidade de apoio, assessoramento para todos os tipos de organizações associativistas; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também viram nas formas organizadas do cooperativismo uma forma de desenvolver economicamente a produção da agricultura familiar. Além disso, foi criada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas (ITCP's) inseridas em universidades com o objetivo de assessorar as camadas mais pobres e inseri-las em cooperativas de diversos ramos de atividade.

Para compreendermos com clareza a atuação da economia solidária, precisamos levantar um debate acerca das peculiaridades das organizações que a compõem. Como as ações são pautadas nas relações sociais de grupos excluídos do sistema capitalista que implicam na imbricação social, econômica e política, entende-se que a economia convencional não dar conta desta análise, e neste contexto entra em cena a economia plural (FRANÇA FILHO, 2013). O enfoque social parte da visão de cooperação dos grupos envolvidos que se unem não apenas pela questão da geração de renda, mas também porque comungam com um projeto político cuja distribuição de bens e serviços são conferidas à redistribuição, na qual o Estado social confere, aos cidadãos, direitos individuais, principalmente cobrindo os riscos sociais, como um último recurso para os mais vulneráveis economicamente (LAVILLE, 2009).

A economia solidária depende da economia plural que embasa suas ações em diversas vertentes de pluralidade:

Uma pluralidade de princípios (princípio da troca mercantil, princípio da reciprocidade e princípio da redistribuição) e também de uma pluralidade de recursos: recursos mercantis, recursos não-mercantis (ajuda financeira dos poderes públicos) e recursos não-mercantis e não-monetários (voluntariado) (LÉVESQUE, 2009, p.107).

Portanto, a economia plural como uma abordagem da economia real consegue com sua visão múltipla atender às necessidades da economia solidária, pois remete “à reciprocidade, na qual o vínculo sobrepuja o bem, do que à maximização do interesse individual” (LAVILLE, 2009, p.147). Destarte, o estudo aprofundado dos pilares que sustentam a economia plural atende aos anseios da coletividade, um dos princípios basilares da economia solidária.

Assim, atualmente percebe-se a amplitude dos empreendimentos econômicos solidários e sua relevância para a economia brasileira, por isso, torna-se imprescindível entender como os cooperados irão administrar esses tipos de organizações e a autogestão objetiva atender a esta demanda.

4. AUTOGESTÃO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

O trabalho associado baseado nos princípios de cooperação e solidariedade visa favorecer um maior rendimento por meio da maior capacidade de trabalho e a divisão de benefícios. Quando esta relação se acentua, principalmente “quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital”, surge a autogestão que objetiva promover uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas a partir do momento que este processo põe o trabalho sob o seu domínio o que o torna muito mais que aspirações monetárias ou materiais (GAIGER, 2003, p. 193). Portanto, a economia solidária, considerada como outra forma de produção, balizada em um modelo autogestionário, objetiva a inclusão social, surge, portanto, da crise estrutural do capital, como resistência aos moldes de produção capitalista que prega a precarização das relações de trabalho.

Não existe consenso quanto ao surgimento do termo “autogestão”, mas entende-se que sua relevância passou a ser maior a partir da década de 90, como resposta dos movimentos esquerdistas que relutaram quanto à preponderância da mais valia como um objetivo obstinado do modo de produção hegemônico.

A autogestão na Economia Solidária pode ser abordada de duas maneiras não excludentes; ela pode ser considerada como um sistema autogestionário, o qual envolve os preceitos sociológicos da autogestão, abordando os aspectos ideológicos, políticos e sociais; e como um processo autogestionário, cujo eixo de análise consiste nas relações e nas características técnicas dos grupos envolvidos (processos, ferramentas, etc) para o desenvolvimento dos trabalhos (CAVEDON; FERRAZ, 2006, p.96).

A administração tradicional faz alusão da autogestão como um processo e a confunde com a ideia de administração participativa, que apesar de demonstrar índices de participação, limita-se a representação de funcionários em processo decisórios, fato que a diferencia de empreendimentos coletivos que se caracterizam como “modos

organizacionais justos e democráticos” (RIGO, 2014, p.21). Singer (2002) também reforça a ideia de autogestão como uma administração democrática, todas as decisões são tomadas em grupo; exige um esforço maior, pois para além das tarefas no contexto do empreendimento, o indivíduo precisa se preocupar com os problemas gerais da organização. E ao tomarem para si o processo de tomada de decisão dos empreendimentos, os indivíduos são ao mesmo tempo, trabalhadores e patrões de si próprios (BENINI; BENINI, 2010).

Como qualquer outra organização, os empreendimentos solidários atuam em um mercado que prima pela qualidade, portanto necessitam de práticas de gestão para se manterem competitivos. Assim, não se pode afirmar que a autogestão não dialoga com as técnicas e ferramentas da administração, mas precisamos perceber que essas precisam atender as características dos empreendimentos solidários cuja finalidade não se pauta exclusivamente nos resultados econômicos, mas também nos sociais (ONUMA, MAFRA; MOREIRA, 2012). Esses resultados sociais são vistos como “emancipatórios em seu sentido pleno que englobe as dimensões social, econômica e política” (BENINI, et. al, 2010, p.77). Esta visão corrobora com o argumento de Cavedon e Ferraz (2006) que considera a autogestão como um sistema que aborda os preceitos sociológicos.

Como contraponto, é salutar refletirmos que mesmo dentro de um empreendimento solidário com pessoas com objetivos convergentes, não significa que os resultados das ações serão satisfatórios. Sobre esta questão, Cavedon e Ferraz (2006) trazem uma análise da autogestão demonstrando seus pontos positivos e negativos.

Quadro 1: Comparativo dos pontos positivos e negativos da autogestão

Pontos positivos da autogestão	Pontos negativos da autogestão
Um ambiente mais democrático amplia a capacidade produtiva dos trabalhadores, reduz a rotatividade destes, e a experiência profissional é melhor conservada.	A participação dos trabalhadores na gestão reduz a capacidade produtiva, pois ela hipoteca dois atributos dos dirigentes: sua autoridade e seu poder discrecional.
Os trabalhadores cuidam da qualidade de sua produção porque têm uma percepção mais positiva do seu trabalho, um sentido elevado de sua responsabilidade e o desejo de aumentar seus rendimentos, determinados pela produtividade da empresa.	Na discussão dos processos autogestionários não fica objetivado quais os estímulos mais efetivos, e dependendo de como se organiza o trabalho, os estímulos materiais ou de participação abrem possibilidades para uma política de emulação e manipulação.
Implicação pessoal do trabalhador sobre a produtividade de seus colegas é maior, sendo que, a pressão do grupo corresponde a um processo de vigilância mútua, que reduz o absentismo e pune a preguiça e o desperdício.	É preciso ter presente que, no quadro de um trabalho em equipe, a mediação da produtividade individual é muito difícil.

<p>É preciso ter presente que, no quadro de um trabalho em equipe, a mediação da produtividade individual é muito difícil.</p> <p>Favorece a identificação de ineficácias organizacionais que os trabalhadores não teriam necessariamente interesse de identificar em um contexto não-cooperativo.</p>	<p>Um espaço produtivo autogestionário remete aos ambientes de incerteza</p>
--	--

Fonte: Cavedon e Ferraz (2006, p. 97).

O quadro comparativo demonstra uma reflexão sobre os desafios da autogestão demonstrando as vantagens e desvantagens do sistema autogestionário que mesmo dentro de um empreendimento solidário com pessoas com objetivos convergentes, não significa que as implicações das ações serão satisfatórias. Depende além da união de esforços, alcançar por meio da autogestão “níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias compatíveis aos da economia capitalista e outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários” (SINGER, 2002, p.121). Tanto no meio acadêmico quanto no mercado, este é um debate caloroso e desafiador para os pesquisadores e profissionais que acreditam na sustentabilidade dos empreendimentos autogestionários.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS: O SEGUNDO MAPEAMENTO NACIONAL DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

O mapeamento aconteceu em dois momentos: o primeiro no período de 2004 a 2007 e o segundo de 2009 a 2013, aplicado por meio de um instrumento de coleta com questões abertas e fechadas composto por 170 questões que avaliam os empreendimentos em várias perspectivas, iniciando pelos dados gerais, a caracterização dos sócios, situação de trabalho dos sócios, investimentos e acesso a créditos e apoios, gestão dos empreendimentos.

O foco do presente artigo limitou-se a fazer uma rápida caracterização dos empreendimentos a nível Brasil e em seguida fará uma exploração mais aprofundada da gestão desses empreendimentos na região Nordeste por meio de cruzamentos e frequências no SPSS.

De acordo com os dados do segundo mapeamento, o Brasil possui 19.708 organizações, distribuídas nas seguintes categorias: agricultores familiares (55,3%), artesões (17,9%), autônomos (6,4%), assentados de reforma agrária (5,2%), catadores de

material reciclável (3,1%), artistas (1,1%), e outros (11%). Desses, é relevante trazer como essas categorias estão dispostas de acordo com as formas de organização e, observa-se que os grupos informais e as associações representam 90,5% das organizações o que deve levar a uma reflexão sobre as suas possíveis fragilidades e a necessidade de políticas públicas para inseri-los no mercado.

Tabela 1: Forma de organização- Brasil

	Formas	Frequência	%	% Acumulado
1	Grupo Informal	6.018	30,5	30,5
2	<u>Associação</u>	<u>11.823</u>	<u>60,0</u>	<u>90,5</u>
3	Cooperativa	1.740	8,8	99,4
4	Sociedade mercantil	127	0,6	100,0
	Total	19.708	100,0	

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013)

Quando partimos para a presença dos empreendimentos da economia solidária de acordo a região, o Nordeste é a região que se destaca com 8.040 unidades (40,8%), em seguida o Sul com 3.228 (16,7%), Sudeste apresenta 3.292 (16,4%), Norte 3.128 (15,9%) e por último a região Centro Oeste com 2.021 (10,3%) do total.

O objeto de estudo do presente artigo é a região Nordeste e como os dados do mapeamento comprovam, é neste local que se encontram a maioria dos empreendimentos. Para cruzarmos os dados nos âmbitos nacional e regional fizemos um comparativo sobre as formas de organização presentes. O Nordeste é a região com o maior número de empreendimentos e com uma diferença a maior de 14,2% em relação ao Brasil.

Tabela 2- Comparativo das Formas de organização: Brasil x Nordeste

	Formas	Brasil (%)	Nordeste (%)
1	Grupo Informal	30,5	20,8
2	<u>Associação</u>	<u>60,0</u>	<u>74,2</u>
3	Cooperativa	8,8	4,6
4	Sociedade mercantil	0,6	0,6
	Total	19.708	100,0

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Outro dado que mostra a fragilidade desses empreendimentos refere-se à questão que trata sobre o fato de existir entre os sócios há predominância de pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda ou benefícios da assistência social. Os dados mostram que no Brasil 50% dos sócios têm acesso (9.859) e 50% não (9.849). Mas em relação ao Nordeste os dados tomam outra dimensão: 74,7% desses sócios tem acesso a programa de transferência de renda, ou seja, 14,7% a mais que os números registrados em

âmbito nacional. Em relação à área de atuação do empreendimento, 72,2% estão operando no âmbito rural, 19,3% no urbano e 8,5% têm ambas (rural e urbano).

Os dados do mapeamento sobre a preponderância do número de associações, as informações sobre a alta participação em programa de transferência de renda e baixa participação de alguma rede, mostra que o Nordeste precisa de contribuições para transformar associações (formas mais incipientes), em cooperativas e garantir condições dignas para os trabalhadores, não necessitando de programas sociais para garantir a sobrevivência.

Sobre a periodicidade da assembleia ou reuniões do coletivo das organizações, a periodicidade mensal é o dado mais representativo com 63,8%, bimestral ou trimestral equivale a 13,9%, semanal ou quinzenal com 7,6%, semestral 6,2% e os demais (anual, não realiza assembleia) perfazem um total de 14,7%. Isso mostra que a participação, um dos princípios que baliza a economia solidária é respeitado. O mapeamento traz uma questão que pergunta ao empreendimento o que é decidido em assembleia geral, como o resultado traz respostas múltiplas, vala a pena discorrer os mais representativos: com 81,6% se reúnem para demonstração da prestação de contas; 73,6% para a escolha da direção do empreendimento; 47,8% para decisões sobre regimento interno; 42,5% para atividades cotidianas e 42,5% se reúnem em assembleia para tratar de decisões como o plano de trabalho e planejamento estratégico.

Ainda no que se refere à participação, cruzamos a questão da periodicidade com o número de participantes que compareceram na última assembleia. Os resultam mostram positivamente que mais de 2/3(65%) tiveram presentes e com percentuais razoáveis: participação anual (41%), semestral (41,9%), bimestral (46,3%), mensal (49,8%) e semanal (30,9%).

Tabela 3 – Comparativo: periodicidade de participação x Quantidade de sócios que participaram na última assembleia

		Formas	Na última assembleia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as) quantos (as) sócios(as) participaram				Total
			Todos (as)	Mais de 2/3 (65%)	Em torno da metade	Menos da metade	Todos (as)
	Frequência	77	154	68	77	376	

Periodicidade da assembleia ou reunião do coletivo de sócios(as) do empreendimento	Anual ou mais de 1 ano	%	20,50%	41,00%	18,10%	20,50%	100,00%
	Semestral	Frequência	141	210	83	67	501
		%	28,10%	41,90%	16,60%	13,40%	100,00%
	Bimestral ou trimestral	Frequência	252	516	212	134	1114
		%	22,60%	46,30%	19,00%	12,00%	100,00%
	Mensal	Frequência	1064	2555	1016	492	5127
		%	20,80%	49,80%	19,80%	9,60%	100,00%
	Semanal ou quinzenal	Frequência	309	188	73	39	609
		%	50,70%	30,90%	12,00%	6,40%	100,00%
	Diariamente	Frequência	145	7	8	4	164
		%	88,40%	4,30%	4,90%	2,40%	100,00%
	Total	Frequência	1988	3630	1460	813	7891
		%	25,20%	46,00%	18,50%	10,30%	100,00%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Ao fazermos uma análise em relação à autogestão dos empreendimentos no Nordeste, perguntou-se aos sócios se no último ano foram realizadas atividades de formação e/ou campanhas de sensibilização dos sócios. Dos 8.040 unidades, foram validados estatisticamente 7.891 e desses, 2.884 (35,9%) dos sócios passaram por atividades e a maioria, 5.007 (62,3%) não foi contemplada, ressaltamos que este baixo percentual pode comprometer a essência desses empreendimentos que precisam constantemente reafirmar seu papel político junto aos sócios como, por exemplo, por meio da realização de capacitações e a reafirmação da educação cooperativista para fortalecimento e crescimento da economia solidária no mercado onde atuam.

Ao promover o cruzamento da questão que trata do recebimento de remuneração ou gratificação pelo exercício do cargo ou função e do tempo no respectivo cargo, percebeu-se que apenas 3,4% são remunerados e os demais, 96,6% são voluntários. Desses voluntários, 16% ficaram a menos de um ano na gestão, 1 a 2 anos com 29%, de 2 a 4 anos representou 30%, de 4 a 6 anos com 10%. Então, 59% ficam entre 1 a 2 mandatos.

Ao avaliar o resultado financeiro do empreendimento do último ano, desconsiderando as doações de recursos, obtiveram-se as seguintes respostas:

Tabela 4 - Resultado financeiro do empreendimento

	Respostas	Frequência	%	% Acumulado
1	Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente.	3.054	38,0	38,0
2	Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra.	2.755	34,3	72,3
3	Não deu para pagar as despesas.	950	11,8	84,1
4	Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo).	1.281	15,9	100,0
	Total	8.040	100,0	

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

O presente resultado é preocupante, pois a diferença entre os empreendimentos autossustentáveis e os que não conseguem ter sobras é de apenas (38% - 34,3%) 3,7% e ainda 11,8% que não conseguem pagar sequer as despesas. Este fato mostra a fragilidade dos empreendimentos na gestão das atividades. Assim, a autogestão no sentido das características técnicas dos processos e ferramentas para promover o funcionamento da organização, conforme defendido por Cavedon e Ferraz (2006) precisa ser repensada.

Ao entendermos a relevância das redes e fóruns de articulação como forma de fortalecimento desses empreendimentos, os dados mostram que 37,9% participam e a maioria não consegue se unir (62,1%). Ao confrontarmos a questão do resultado financeiro com esta, desvelamos que a participação não garante que este resultado seja satisfatório. Pelo contrário, os números mostram que a falta de participação demonstra uma realidade financeira mais positiva para o empreendimento.

Tabela 5 - Resultado financeiro do empreendimento x Participação em Redes

	Participação em Redes	Participação em Redes
Respostas	Sim	Não

1	Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente	35,7%	64,3%
2	Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	41,4%	58,6%
3	Não deu para pagar as despesas	41,2%	58,8%
4	Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo)	33,5%	66,5%
	Total	8.040	100,0

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Assim, para complementar esta análise, levantou-se os dados da questão que trata se o empreendimento remunera o sócio como renda principal ou complemento. Infelizmente o percentual de *missing* foi alto, 66,2%, o que nos impede de trazer a informação com fidedignidade.

Sobre a participação do empreendimento em alguma rede de produção, comercialização, consumo e crédito, somente 12% (966) participam de alguma delas e a maioria 88% (7.074) não participam. Ao realizarmos um confronto desta participação com o resultado financeiro percebe-se que 45,1% que participam conseguem pagar as despesas e ter uma sobra/excedente da atividade desenvolvida.

Tabela 6 - Resultado financeiro do empreendimento x Participação em Redes

Participação em rede de comercialização, consumo ou crédito.		Resultado da atividade econômica do empreendimento sem contar com as doações				
Respostas		Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente	Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	Não deu para pagar as despesas	Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo)	Total
Não	Frequência	2618	2461	821	1174	7074
	%	37%	34,8%	11,6%	16,6%	100%
Sim	Frequência	436	294	129	107	966
	%	45,1%	30,4%	13,4%	11,10%	100%
Total	Frequência	3054	2755	950	1281	8040
	%	38%	34,3%	11,8%	15,90%	100%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Para finalizar a análise do presente artigo, utilizamos a questão que perguntou ao empreendimento se teve acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses.

Tabela 7- Acesso ao crédito ou financiamento

Respostas	Frequência	%	% Acumulado
-----------	------------	---	-------------

1	Não buscou crédito ou financiamento.	5.863	72,9	72,9
2	Buscou e obteve crédito ou financiamento.	1.036	12,9	85,8
3	Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve.	1.141	14,2	100,0
	Total	8.040	100,0	

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Diante das respostas, percebe-se a falta de iniciativa por parte dos empreendimentos econômicos solidários para melhorar sua situação financeira, isto porque 72,9% não buscaram crédito ou financiamento e ao fazermos uma interface com a questão que trata dos principais desafios do empreendimento percebe-se o seguinte resultado por ordem de importância: viabilizar economicamente o empreendimento (67%), gerar renda adequada aos sócios (70,5%) e a garantia de proteção social (previdência, assistência à saúde) com 40% confirmam a fragilidade econômica desses empreendimentos.

Como outros desafios para o empreendimento também citou-se outros elementos que apresentam o foco na participação, destacam-se: a efetivação no processo de participação e a autogestão (39%), a conscientização e a politização dos sócios (34,7%), promover a articulação com outros movimentos (40,7%), manter a união do grupo/coletivo (47,7%). Ao serem comparados com os que tratam da questão econômica, estes dados apresentam um percentual menor, o que demonstra que a consciência política dos sócios gradativamente torna-se uma realidade. Outro questionamento confirma este cenário, quando os empreendimentos responderam se eles se relacionam ou participam de movimentos sociais, populares ou sindicais, 66,8% participam e 33,2% não participam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta conjuntura, uma análise dos dados do Segundo Mapeamento Nacional (2010-2013) demonstrou a realidade vivenciada no nordeste brasileiro, uma região rica em experiências associativas e com características singulares comparadas às demais realidades presentes no país. Observou-se que a realidade do Nordeste destoa do cenário brasileiro quanto a um maior percentual de empreendimentos associativos, em relação ao número de sócios que tem acesso a programa de transferência de renda (74,7%), a baixa participação em alguma rede de produção, comercialização, consumo e crédito (12%). Este resultado mostra que a região precisa de políticas públicas para transformar associações em

cooperativas e assim, garantir condições dignas para os trabalhadores dos empreendimentos, independente dos programas sociais.

Apesar da maioria das reuniões serem mensais, fato que reforça a participação na autogestão do empreendimento, a formação e/ou campanhas de sensibilização dos sócios do último ano foram tímidas. Este fato é preocupante, pois sabe-se não adianta fazer reuniões se estas não tratarem de assuntos relevantes, como por exemplo, a realização de capacitações e a reafirmação da educação cooperativista para fortalecimento e crescimento da economia solidária no mercado onde atuam.

Sobre a sustentabilidade do empreendimento, percebe-se que ainda é um fator que precisa evoluir muito, pois apenas 38% destes conseguem pagar as despesas e ter uma sobra/excedente. Este fato mostra a fragilidade dos empreendimentos na gestão das suas atividades, situação que pode comprometer além da dimensão econômica, a dimensão social do empreendimento.

Com a ampliação de políticas públicas que fomentam o crescimento dos empreendimentos econômicos solidários, entende-se que apesar das estratégias organizacionais coadunarem com as práticas democráticas atribuídas a estes empreendimentos no sentido da autogestão enquanto empoderamento, estas precisam refletir a autogestão no que concerne na busca por ferramentas e processos técnicos que tornem o empreendimento pelo menos viável. No Nordeste, apesar dos dados do segundo mapeamento mostrar a que inserção política dos empreendimentos começa a ser uma realidade, no que concerne a competitividade dessas organizações ainda é uma realidade muito distante.

REFERÊNCIAS

- BENINI, et.al. Cooperativismo e autogestão: reflexões sobre a economia solidária. **Desafio: Revista Economia e Administração**. Campo Grande- MS, vol. 10, n 21, maio-ago, 2009. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jzcm3J13A5sJ:www.spell.org.br/documentos/download/2560+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 07.04.2015.
- BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organização & Sociedade**, Salvador, vl 17, n 55, Outubro-novembro, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302010000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=en Acesso em 15.04.2015.

CANÇADO, Airton; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Caderno EBAPE.BR**, v.9, n 3, artigo 1, Rio de Janeiro, set, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512011000300002&script=sci>> Acesso em 01.04.2015.

CANÇADO, Airton Cardoso; SAUSEN, Jorge Oneide; VILLELA, Lamounier, Erthal. TENÓRIO, Fernando Guilherme (org). **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, 2013.

CARRION, Rosinha Machado. **A contribuição da gestão social para o desenvolvimento**. In: CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; TORRES, Jeová (org). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, Vl. 1, 2012.

CAVEDON, Neusa Rolita; FERRAZ, Deise Luiza S. Tricotando as redes de solidariedade: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre. **Organização & Sociedade**, V.13, n 39, outubro-novembro, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v13n39/a06v13n39.pdf>. Acesso 13.04.2015.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**. Vol 11, n 3, artigo 7, Rio de Janeiro, Setembro/novembro, 2004. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_auteur-578_pt.html> Acesso em: 25.04.2015.

_____. Terceiro Setor, Economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, SEI, vol 12, n 1, junho, 2002. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2066_pt.html Acesso em 25.04.2015.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Revista Caderno CRH**, Salvador, n 39, julho-dez, 2003. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=171&layout=abstract&OJSSID=070eecbf118e6611fc642ebeac006458>. Acesso 13.04.2015.

HELLWIG, Centenaro Beatriz; CARRION, Rosinha Machado. A participação no processo decisório: um estudo na economia solidária. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, vl.14, n 4, outubro-dezembro, 2007. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Ffrege%2Farticle%2Fdownload%2F36610%2F39331&ei=DhU8VemmNMTAggThpoHoAg&usg=AFQjCNFdOz-SrjNEFpk3FO05xMRorCpLig>. Acesso em 24.04.2015.

LAVILLE, Jean-Louis. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. **Rer. Katál**, Florianópolis, v.11, n.1, p.20-42, janeiro-junho, 2008.

_____. **Economia Plural**. In: Dicionário internacional da outra economia. Pedro Hespanha (coord) et al. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCkQFjAC&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F24529809%2F1816487987%2Fname%2FECONOMIAS2.pdf&ei=cjs9Va2CCsLsgwTx_4DABw&usg=AFQjCNGYOqczMO09uVK1ebSUQn1UKfM25Q> Acesso em: 26.04.2015.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio. **Economia Plural**. In: Dicionário internacional da outra economia. Pedro Hespanha (coord) et al. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em:

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCkQFjAC&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F24529809%2F1816487987%2Fname%2FECONOMIAS2.pdf&ei=cjs9Va2CCsLsgwTx_4DABw&usg=AFQjCNGYOqczMO09uVK1ebSUQn1UKfM25Q> Acesso em: 26.04.2015.

LEVESQUÉ, Benoit. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável. **Política & Sociedade**, n 14, abril, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p107/10956>> Acesso em 18.04.2015.

MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO (TEM). SIES. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B49A1F9B63B16/sies_guia_2009_01.pdf. Acesso em 01.02.2015.

ONUMA, Fernanda Mitsue. Soares; MAFRA, Flávia Luciana Naves; MOREIRA, Lilian Barros. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Caderno EBAPE.BR**, vol 10, n 01, artigo 4, Rio de Janeiro, Mar 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000100006> Acesso em 10.04.2015.

PIMENTEL, Thiago Duarte. O espaço em situações de gestão: entre a gestão estratégica e a gestão social. **Administração Pública e Gestão Social**. 6 (3), julho-set- 2014. Disponível em: <http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/663#.VTwUW5P1LDs>> Acesso em 04.04.2015.

RIGO, Ariádne Scalfoni. **Autogestão** In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (organizadora). Dicionário para a formação em gestão social. In.: Salvador: Editora CIAGS/UFBA, 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, Gabriel. Epistemologia da Razão Substantiva de Guerreiro Ramos. **IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis, março-2014. Disponível em: <http://coloquioepistemologia.com.br/site/wp-content/uploads/2014/03/RAC102.pdf>. Acesso em 11.05.2015.

SOUZA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Rer. Katál**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 53-60, janeiro-julho. 2008.